

# MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL  
Volume II

---

## Geografia e ordenamento do território

TERESA BARATA-SALGUEIRO

---



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2019



# Geografia e ordenamento do território

TERESA BARATA-SALGUEIRO

## Resumo

Partindo da ideia de Ascher de que as sociedades Modernas têm a mudança como princípio essencial, na primeira parte, apresentamos três tendências que são factores de mudança no território e nos modos de ordenar, planear e gerir as cidades. Começamos pelas grandes tendências a nível macro, para depois nos determos sobre as alterações que se registaram no domínio do ordenamento e da gestão urbana. Por fim, damos conta de alguns efeitos que tanto as tendências pesadas como as alterações na governação estão a provocar na recomposição das áreas urbanas.

## Abstract

For F. Ascher the Modern societies have change as an essential principle. With this framework in mind, in the first part of the paper we present the main trends that are forcing change both in the landscape and in the ways of planning and managing cities. We start by the major trends at the macro level; then we recall the changes that are recorded in the activities of planning and urban management. Finally, we underline some effects that both the prevailing trends and the changes in governance are causing to the restructuring of urban areas.

**Palavras-chave:** cidades; mudança; concorrência; gestão empresarial

**Key-words:** cities; change; competition; managerial governance

Nas cidades vive mais de metade da população mundial, e aqui vai continuar a verificar-se o essencial do crescimento demográfico das próximas décadas. No século xx a população urbana mundial passou de 220 milhões para 2,8 mil milhões. Quase todo o crescimento populacional dos próximos 30 anos vai fazer-se em áreas urbanas. A aceleração desse crescimento continuará, principalmente

em África e na Ásia onde a população urbana deve duplicar entre 2000 e 2030, segundo as previsões da ONU.

As cidades são os motores da economia, do conhecimento, da criatividade e da inovação e, por isso, atraem gente em busca de trabalho e melhores condições de vida. Mas, ao mesmo tempo, as cidades concentram várias formas de pobreza e desigualdade, sendo lugares de miséria e de desespero para muitos. Urge pois intervir no território para assegurar que as cidades ofereçam, de facto, melhores condições de vida, num quadro de redução das desigualdades regionais e promoção do desenvolvimento, assegurando a mitigação dos riscos e uma exploração sustentável e equilibrada dos recursos. Estes objectivos concretizam-se de modo diferente nas diversas escalas geográficas por meio do ordenamento do território.

A história da humanidade tem conhecido uma progressiva aceleração com o desenvolvimento da tecnologia e alterações na organização das sociedades que vivem hoje um tempo rápido. Partindo da ideia de Ascher (2004) de que as sociedades Modernas têm a mudança como princípio essencial, por contraponto com as anteriores, onde o centro não era ocupado pela dinâmica e pela mudança mas pela tradição, neste texto, vamos focar algumas linhas de mudança no território e nos modos de ordenar, planear e gerir as cidades. Começamos pelas grandes tendências a nível macro, para depois nos determos sobre as alterações que se registaram no domínio do ordenamento e da gestão urbana. Por fim, damos conta dos efeitos que tanto as tendências pesadas como as alterações na governação estão a provocar na recomposição das áreas urbanas.

## 1. DINÂMICAS GLOBAIS

Deve começar por esclarecer-se que entendo o território como uma espacialidade, porção da superfície terrestre socialmente apropriada e produzida pelas sociedades humanas, na construção daquilo a que Lefebvre (1976) e Soja (1989) chamam uma segunda natureza, «a espacialidade transformada e socialmente concretizada», porque nada hoje é verdadeiramente natural. Na actividade de produção do território entram em jogo o quadro físico, de natureza material, e as representações que os indivíduos possuem; tanto um como as outras são

incorporados e transformados, no processo de construção desta territorialidade que fica imbuída do sistema de valores, inscrita de uma identidade, portadora de significados. Assim, para além das causas naturais, em larga medida também elas aceleradas pelas actividades humanas, é hoje geralmente aceite que as condições económicas, tecnológicas e sociais são os factores determinantes da mudança no território e nos modos de o gerir. Nas primeiras Hall (1995) destaca a globalização associada à nova divisão internacional do trabalho e à expansão da sociedade informacional. Os factores tecnológicos permitiram a emergência de novos tipos de regiões industriais, umas incorporando alta tecnologia e conhecimento, outras mais dependentes das qualidades e criatividade dos recursos humanos, ao mesmo tempo que a revolução nos transportes e nas comunicações tem profunda influência nas cidades, ao nível do sistema urbano como da própria organização interna. Nos factores sociais refere a demografia, a tendência para a privatização de muitos serviços que ancoravam o estado-providência e a emergência da consciência ambiental. Assiste-se ao envelhecimento acentuado de muitas populações urbanas, principalmente nas áreas interiores das cidades. Cresce a importância das migrações e das desigualdades, bem como os riscos da pobreza persistente agravada com a retracção da intervenção pública, todavia com importantes diferenças entre a Europa e os Estados Unidos. Hall refere ainda a preocupação com a sustentabilidade ambiental, tendência que se afirmou desde a década de 80.

### **Hipermobilidade**

É cada vez mais rápido e mais barato deslocar pessoas, capitais, bens e informação e todos os movimentos conheceram um forte crescimento no último quartel do século xx. O mundo ficou mais pequeno e mais interligado. A vida de cada um depende de um número crescente de pessoas que não se conhecem, grande parte das quais está fisicamente distante. Em qualquer cidade é possível encontrar, no supermercado da esquina, uvas ou morangos todo o ano. A sazonalidade dos frutos e outros produtos que integram a dieta alimentar perdeu-se.

As pessoas viajam mais e tomam contacto com outras realidades, não apenas pela visita mas também indirectamente através dos meios de comunicação cada

vez mais potentes e mais rápidos. Enquanto «a mobilidade do século XIX via-se na densidade das linhas férreas, de comboios suburbanos e eléctricos; na *wired city* são as redes de fibra óptica e a banda larga que revelam a importância da comunicação na organização da cidade» como diz Hubbard (2006, 169).

Os progressos nas comunicações trouxeram a instantaneidade, a imaterialidade de muitas transacções, como sucede por exemplo nas Bolsas de valores, o acesso a volumes imensos de informação que não se tem tempo de apreender, a realidade virtual das *second life*. O directo e o instantâneo alteraram radicalmente a relação das pessoas com o espaço e o tempo, oferecendo a possibilidade de estar noutro lugar sem ocorrer qualquer deslocação física. A *internet* representa uma verdadeira revolução na comunicação, nos negócios, na formação dos indivíduos e na estruturação de mentalidades e de comportamentos que provavelmente ainda não enxergamos totalmente.

A facilidade dos transportes e comunicações anulou o efeito de distância em muitas opções de localização, alterando os padrões de localização e organização das empresas. Tornou-se possível a segmentação espacial dos processos produtivos com a deslocalização da produção para países do Oriente e do Sul, enquanto as actividades de gestão, concepção e comercialização permanecem centralizadas.

As trocas comerciais cresceram exponencialmente<sup>1</sup> mas a importância do processamento da informação tende a suplantá-la dos bens, com a evolução das sociedades produtoras de bens para as sociedades de serviços. Nestas, o conhecimento, a inovação e cultura são condição chave de desenvolvimento.

Importa ainda registar que as alterações nas condições de localização das empresas, com a perda de importância de muitos factores tradicionais localizados pelos recursos naturais, permitem a valorização de grande diversidade de factores imateriais ou localmente produzidos, que vão desde o ambiente empresarial ou cultural, à formação de recursos humanos, da qualidade dos serviços de saúde, educação ou das redes de infra-estruturas, ao valor do património e do ambiente. Uma vez que muitos destes novos factores de atracção de investimento podem ser produzidos, as novas condições de mobilidade criaram condições

---

<sup>1</sup> As exportações de mercadorias no mundo multiplicaram por 251 em valor e por 30 em volume entre 1950 e 2008 (WTO, 2010).

propícias à concorrência dos territórios. Cidades e regiões competem entre si para captar investimentos e visitantes.

### **Diversidade e Desigualdades**

As distâncias físicas diminuíram mas aumentaram as distâncias sociais e económicas e cresceu a diversidade e a heterogeneidade das populações, designadamente nas áreas urbanas, lugar tradicional de destino dos migrantes. Depois da vaga de migrações com origem na Europa em direcção aos outros continentes ou da Europa do Sul para a do Norte, entram em força no movimento migratório os povos asiáticos, africanos e os naturais da América do Sul. Agora o Sul global vai em direcção ao Norte. As independências das antigas colónias favoreceram o despoletar destes movimentos em resultado dos quais as sociedades urbanas se tornam cada vez mais heterogêneas e multiculturais.

Para além do aumento da mobilidade das pessoas e das informações, a maior tolerância da sociedade democrática pós-moderna, relativamente eclética e aberta à novidade, e a explosão da sociedade de consumo, contribuem igualmente para o aumento da diferenciação de grupos identificados pelos seus valores, práticas de consumo e estilos de vida, bem como para uma maior expressão e visibilidade de estilos de vida minoritários, seja de ordem cultural, sexual ou étnica. Os próprios motores da mobilidade social alteraram-se e o consumo passou a ser veículo de diversidade e de identificação. Desde sempre que os bens conferiram «*status*» ao seu possuidor. O que é novo na esfera do consumo é que se alargou consideravelmente o leque dos suportes de consumo, dos objectos aos lugares e às sensações. Hoje o estatuto pode não estar associado à posse de um dado objecto mas ao lugar onde ele é adquirido ou consumido, desde a loja ou restaurante à cidade, ela própria tornado objecto de consumo, como Miles (2004) e Jayne (2006) estudaram. A moda desempenha um papel crescente na obsolescência dos bens e na criação de novos objectos de desejo, porque a velocidade também impregnou o consumo cada vez mais fragmentado e efêmero; ele é feito de momentos onde as sensações e os ambientes adquirem papel crescente.

Mas não chega reconhecer a diferenciação, pois assistimos também ao crescimento das desigualdades devido à crescente polarização de rendimentos, às

condições do mercado de trabalho à retracção da esfera pública e à própria importância do consumo que determinam novas exclusões.

Embora se traduza num aumento das oportunidades, a globalização tem um efeito multiplicador sobre as desigualdades, porque a possibilidade de aproveitar aquelas é diferenciada. O mundo está hoje mais integrado por efeitos da globalização que liga e aproxima. Mas está também mais desigual. A percentagem da riqueza global detida pelo 1% dos mais ricos não para de crescer, absorvendo quase metade da riqueza total, em 2014. Mesmo na Europa não se escapa ao risco de pobreza. Segundo estimativa do Eurostat 17 % da população europeia (EU-27) estaria em risco de pobreza, em 2007, considerando para limiar de medida 60% da mediana do rendimento equivalente.

O aumento das desigualdades faz-se sentir a todas as escalas (entre países, entre regiões de um mesmo país, entre bairros de uma cidade, entre construções formais e informais) e afecta pessoas, grupos e territórios, estando também associado à crescente fragmentação da cidade contemporânea. Esta deixou de ser uma unidade coerente, organizada e polarizada por um centro, para se tornar na cidade policêntrica, das centralidades múltiplas, produzida numa lógica de enclaves e da dessolidarização do entorno, como sucede com a cidade dos condomínios fechados no seio dos bairros populares, dos centros comerciais em áreas desafortunadas, dos parques de escritórios em vazios da periferia. É o palco da fragmentação espacial da modernidade tardia.

A ONU não cessa de manifestar preocupações com o aumento da pobreza e das desigualdades em paralelo com o crescimento dos riscos ambientais, e tem alertado para dois processos que parecem estar ligados. Por um lado, o crescimento da urbanização e, por outro lado, o aumento dos pobres. Daí a necessidade de planear o crescimento urbano tendo presente este facto.

### **A questão ambiental**

Em termos ambientais há três aspectos que importa ter presente: a projecção no futuro das práticas actuais, as alterações da posição das sociedades face às questões ambientais e o aumento dos riscos nas áreas urbanas.

Tal como algumas mudanças hoje verificadas no clima têm por causa emissões do período da Revolução Industrial, as emissões que hoje são lançadas para a atmosfera ainda se repercutirão no planeta no próximo século. Aliás a consciência dos efeitos futuros das práticas presentes está na base do conceito de sustentabilidade, tal como foi enunciado no relatório Brundtland, em 1987, que estabelece precisamente uma responsabilidade inter-geracional nas questões do ambiente.

Em termos de mudança da posição social face às questões ambientais nos anos 1980 e 90, importa ter presente que as temáticas da sustentabilidade e dos riscos ganharam importância, não só pelo aumento dos danos provocados pela ocupação desregrada de sítios perigosos, mas também pela maior sensibilização da população para a sua própria segurança. Fenómenos como o buraco de ozono, as alterações climáticas e a sua mediatização global contribuíram decisivamente para isso. Verificou-se ainda uma deterioração das condições ambientais com o aumento de doenças atribuíveis à poluição e à concentração de riscos nas áreas urbanas, importante ponto de aglomeração de gente, de concentração de calor e de geração de poluentes. O aumento das catástrofes decorre em parte do facto das grandes concentrações humanas se encontrarem em zonas perigosas (como Istambul localizada sobre uma falha tectónica), da falta de ordenamento do território ou do desrespeito pelos planos, combinado com regulamentos de edificação insatisfatórios e deficientemente aplicados. Acresce a isto a proliferação das situações de marginalidade urbanística associadas à pobreza e à negação do direito à cidade. A consciência ambiental aprofundou-se muito nas últimas décadas e a intervenção nestes domínios passa pela aplicação de diversas taxas com efeitos dissuasores, incentivos a fontes de energia renováveis e menos poluentes e promoção de hábitos mais saudáveis e menos gravosos para o ambiente.

## 2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: LINHAS DE MUDANÇA

Obedecendo aos grandes desígnios do ordenamento do território como política pública e já enunciados, podemos dizer que o planeamento no sentido de *spatial planning* (Ferrão, 2011, 38) visa gerir a mudança e reduzir as incertezas, através de uma visão estratégica integrada das políticas de base territorial, com apelo á cooperação entre diversos actores.

A rapidez das transformações económicas, sociais e tecnológicas dos últimos anos, bem como a globalização, obrigam a lidar com a incerteza e com o aumento da complexidade, oferecem oportunidades que importa explorar, mas também ameaças a evitar. Tanto o planeamento como a gestão do território tiveram de encontrar novas respostas para os novos desafios.

Em termos urbanísticos, o planeamento adquiriu progressivamente maior complexidade como resposta às transformações do território e à ampliação das competências político-administrativas das entidades locais, tendo conhecido importantes alterações no foco e na metodologia ao longo do tempo. Inicialmente estava focado na regulação do uso e transformação do solo, com intervenções de natureza física e administrativa, e na resolução de problemas localizados, como os da habitação degradada ou do saneamento que constituíam preocupação maior desde os movimentos higienistas do século XIX. O efeito conjugado da necessidade de desdensificar tecidos, instalar novas infra-estruturas de transporte e responder à pressão do crescimento demográfico e económico, levou os planos a abrirem novas frentes de urbanização, propícias ao alastrar das manchas urbanas. Baseados em modelos normativos que advogavam a racionalidade técnico-científica para usar a classificação proposta por Sánchez de Madariaga (1999) e em previsões que se revelaram cada vez mais falíveis, configuraram, no entanto, de forma marcante no território a cidade Moderna.

Acompanhando as mudanças na sociedade, na economia e nas ideologias, assistiu-se também à alteração na gestão do território e na forma do seu exercício. No seguimento de Harvey (1989), podemos dizer que se verificou uma evolução da gestão de tipo administrativista, focada no controlo físico e na resposta a problemas, para uma gestão estratégica de tipo empresarial, promotora do desenvolvimento e norteadada pelos objectivos da competitividade.

«O modo como as cidades são governadas passou a ser um factor crítico para aproveitar as oportunidades económicas, promover a coesão social e garantir a sustentabilidade ambiental» como defende Turok (2004). A gestão estratégica integra a dificuldade em reduzir as incertezas e os imprevistos de uma sociedade aberta, democrática e marcada pela aceleração e retrocessos da nova economia, apelando à colaboração de actores externos à administração pública na definição dos objectivos e na partilha dos custos.

Os governos locais passaram a dispor de mais competências, porque se assistiu a uma alteração na escala da decisão política, com a transferência de poderes nacionais para organizações supranacionais e para o nível local, para além da transferência de competências do Estado para organizações não estatais, organizações da sociedade civil e novos movimentos sociais. Deste modo, as autoridades locais e regionais preocupam-se com a esfera económica e o planeamento deixou de ser apenas um instrumento de regulação do uso do solo para incluir preocupações com a competitividade, o emprego e os assuntos de natureza ambiental. O marketing territorial tornou-se um instrumento de planeamento e gestão urbanística.

Sendo embora de iniciativa pública, a gestão estratégica urbana procura compatibilizar os múltiplos interesses e associar os actores que podem levar à prática as diversas medidas e acções. Representa portanto a entrada dos actores do desenvolvimento económico nas decisões urbanísticas, como bem salienta Fernández Güell (1997). De facto a tendência para praticar formas de gestão territorial em cooperação com diferentes actores e com recurso a fontes de financiamento diversificadas, mesmo quando os financiamentos públicos são decisivos no arranque dos processos, é hoje dominante. Muitos programas de intervenção urbanística, até pela sua dimensão, requerem parcerias e outras formas de associação entre os principais actores tendo em vista a sua aplicação. Esta tendência afirma-se ao mesmo tempo que se assiste à retracção do papel do Estado com o avanço das ideologias neoliberais. Ao mesmo tempo procurou-se incorporar a dimensão social no planeamento através da participação das comunidades locais, valorizando as suas capacidades de reconhecer as necessidades e de encontrar soluções para os problemas que as afectam. Numa pluralidade de experiências de inovação social, não apenas na escala urbana, mas em várias regiões, encontram-se programas mobilizadores de energias locais para vencer a exclusão e a pobreza. Deste modo, o ordenamento do território afirma-se como campo da participação cívica, da reunião de interesses, tantas vezes contraditórios, da necessidade de procurar consensos e de explorar oportunidades. Deve porém notar-se que, por um lado, a capacidade de participação é muito diferenciada entre populações com diferente nível de qualificação; por outro lado, este incentivo à participação das comunidades locais faz parte da desresponsabilização do Estado liberal.

### 3. RECOMPOSIÇÃO DAS CIDADES

Seja por força das tendências identificadas à escala global, seja pelo modo como elas são localmente interpretadas e geridas, o certo é que as cidades registaram fortes alterações, tanto na organização sócio espacial como em aspectos morfológicos, permitindo falar-se em um novo arquétipo para a forma urbana (Hall, 2003) tendo surgido mesmo diversas propostas de palavras-conceito (metapolis, cidade galáctica, cidade fragmentada, cidade policêntrica...) em substituição de 'cidade' para estas novas estruturas urbanas.

#### Obsolescência e esvaziamento

A maior facilidade das deslocações anulou o constrangimento representado pela distância que a lógica do ordenamento do território sempre procurou ultrapassar. Isto permitiu grandes movimentos de desinvestimento produtivo nos países ocidentais, com encerramento e deslocalização empresarial de segmentos do processo produtivo para outras regiões e países, mais a Oriente e a Sul, contribuindo para o aumento do desemprego e abandono das construções anteriormente afectas a estas actividades, numa espiral de crise e de declínio. Em termos de cidades, o exemplo mais conhecido é Detroit, muito dependente da indústria automóvel, e que faz lembrar a crise da península de Setúbal nos anos 70, com a quebra verificada na construção naval e na metalomecânica pesada que constituíam a sua base económica. Mas em quase todas as cidades, nos anos 80 do século 20, multiplicaram-se vastas áreas mais ou menos abandonadas pelas fábricas, armazéns e instalações portuárias e ferroviárias.

Com idênticas consequências, podem referir-se processos simultâneos de envelhecimento demográfico e mudança para a periferia de muitas famílias em busca de casas mais baratas, maiores e que oferecessem melhores condições, porque mais modernas. Em conjunto são responsáveis pela perda populacional dos centros das cidades e consequente abandono e degradação de muitos edifícios.

Lisboa que tinha 808 mil residentes em 1981, apenas registava 663 mil em 1991, 560 mil em 2001 e já não chegava aos 500 mil, segundo as estimativas do INE, em 2010. E o mesmo sucede noutras cidades do país como Porto, Leiria ou Évora, e de outros países.

O despovoamento é acompanhado pela degradação dos edifícios em algumas áreas ocupadas por populações imigrantes, em outras, menos degradadas, por escritórios. Mais recentemente, em algumas zonas privilegiadas, em termos de localização ou vistas, tem-se assistido à reabilitação ou renovação das construções para acolher empresas ou pessoas de estratos sociais altos ou médio-altos, num processo que a literatura inglesa popularizou com a designação de *gentrification* e que em português se poderia traduzir por nobilitação ou emburguesamento.

A consciência dos impactes ambientais negativos representada pela contínua ocupação de terrenos agrícolas pelas aglomerações urbanas, bem como os custos de infra-estruturação e de energia de transporte motivados por esta expansão, têm levado os responsáveis políticos a definir políticas mais favoráveis à reabilitação do edificado, em detrimento da construção nova. Na Alemanha o número de fogos reabilitados anualmente excede o de produção nova. O governo de Madrid tem como objectivo atingir a percentagem de 35% a curto prazo. Em Portugal estamos muito longe destes valores, embora a política de cidades Polis XXI, definida em princípios dos anos 90, tivesse uma orientação clara nessa direcção.<sup>2</sup>

### Grandes projectos

Mas a mudança talvez mais visível nas cidades, um pouco por todo o lado, corresponde como que à sua «actualização» por meio daquilo que se pode chamar de «grandes projectos». Trata-se de intervenções em áreas relativamente vastas, quase sempre de iniciativa pública mas que associam também outros parceiros, privados ou do terceiro sector, com objectivos de regeneração. Isto significa tornar atractiva para o investimento, residência ou visita uma área que deixara de o ser. Este objectivo pode ser atingido através de intervenções físicas nas infra-estruturas

---

<sup>2</sup> Depois de elaborado este texto, novos processos ligados com a facilidade de circulação de capitais, a importância do imobiliário como activo e fonte de rendimento, no quadro da crescente financeirização das economias, em conjunto com o aumento do turismo favoreceram o aumento da reabilitação de áreas urbanas degradadas e abandonadas como na bibliografia mais recente se analisa.

e conversão dos imóveis ou da demolição de grandes extensões, geralmente ligadas à indústria ou transportes, para colocação no mercado e construção nova como sucede nas frentes aquáticas e nas áreas industriais ditas *brown fields*. No geral as novas edificações vão acolher actividades predominantemente ligadas ao consumo, ao lazer e à cultura, em paralelo com escritórios, actividades intensivas em conhecimento e/ou tecnologia, hotéis e apartamentos.

A alteração dos factores locativos e a maior competição dos territórios para captar investimento daí resultante, obriga a fazer a sua promoção e a valorização ou criação de recursos tendo em vista alvos de mercado, que as estratégias de marketing territorial ajudam a atingir. A cultura e o património aparecem então como mais-valia e factor estratégico de competitividade. Contribuem para uma imagem urbana qualificada que atrai investimentos e turistas. No mesmo sentido, as chamadas indústrias culturais desempenham também um importante papel na criação de uma imagem de inovação e criatividade, dinamismo e mudança, indispensáveis para a atracção de potenciais investidores no dizer de Castells (1996). Deste modo, áreas tradicionalmente ocupadas por indústria, armazéns, infra-estruturas de transporte dão lugar a apartamentos, hotéis, escritórios, centros de congressos, centros comerciais, espaços culturais e de lazer de vários tipos. Os lugares de produção são substituídos por espaços de consumo.

Ao contrário de alguns autores que clamam pelo fim dos territórios e pelo recuo da relevância da Geografia neste contexto de mobilidades acrescidas, o aumento da fluidez e da circulação precisam de pontos de amarração, e verifica-se que as novas actividades emergentes são sensíveis a outro tipo de factores territoriais que não necessariamente a distância/ localização. Valorizam novos recursos, com destaque para o conhecimento, a cultura e as especificidades que fazem a diferença entre os vários territórios, num mundo com fortes tendências para a homogeneização.

A expansão de algumas actividades de alta tecnologia, intensivas em conhecimento e *design*, serviços avançados, turismo e outras ajudam a compreender que na valorização de novos recursos assumam particular relevo ainda algumas condições naturais, como o clima ameno, mas principalmente a herança cultural, o nível dos serviços, a formação dos recursos humanos, a diversidade e qualidade da oferta cultural, e de um modo geral tudo aquilo que permita explorar as «condições únicas» de um lugar. Ou seja, as características que resultam da incorporação da cultura

no território mais do que das suas propriedades «naturais». Esta evolução propicia precisamente a relevância que o conceito de territorialidade adquiriu.

Feitas muitas vezes em parceria, estas grandes intervenções no território contribuem para criar oportunidades de investimento ao imobiliário, reintroduzindo no mercado terrenos bem situados, facilitando assim o ciclo de circulação do capital; contribuem também para viabilizar os investimentos privados, directamente (como as infra-estruturas de transporte e telecomunicações), ou indirectamente, casos dos centros de congressos, das operações de requalificação urbana, de marketing e promoção de imagem.

De um modo geral estas acções têm privilegiado a questão do consumo e da imagem permitindo a Hall (1997:351), a propósito dos casos de Boston e Baltimore, modelo repetido em muitas cidades, escrever que ele “envolve a criação deliberada da cidade como um palco. Tal como o teatro parece-se c/ a vida real, mas não é a vida urbana como costumava ser... nestes exemplos encontramos o modelo da *Main Street* re-escrito na Disneylandia”.

O acolhimento de eventos efémeros (jogos olímpicos e outros campeonatos desportivos, capitais da cultura, outros eventos de carácter cultural) é mais um elemento usado na promoção dos lugares, visto que atrai muita gente e possibilita a presença nos *media* internacionais.

Envolvendo também quantias volumosas e acordo entre actores, embora seguindo modelos mais diversificados que as operações de regeneração urbana, encontra-se a requalificação das áreas centrais (centros históricos ou centros de comércio e serviços em declínio), para os revivificar e valorizar em termos de imagem, num processo por vezes apelidado de *urban renaissance*. Recorrendo à pedonização, reformulação das acessibilidades e do estacionamento, tendo o comércio, a restauração e a cultura como âncoras, estes projectos procuram dar nova vida às áreas centrais ancorada no consumo e na procura de turistas e visitantes. Com sucesso variado que noutra local aprofundamos, não excluem fortes processos de *gentrification*, antes os propiciam.

Deste modo se vai alterando a forma urbana, as funções e os grupos sociais que ocupam as diversas áreas das cidades.

## REFERÊNCIAS

- ASCHER, François — *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Paris, Ed. de l'Aube, 2004 (1.<sup>a</sup> ed. 2001).
- BARATA-SALGUEIRO, Teresa — *Do centro às centralidades múltiplas*, in J.A. Rio Fernandes e M.<sup>a</sup> Encarnação Sposito (org), *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da FLUP, 2013, pp.13-29.
- CASTELLS, Manuel — *The Information age: economy, society, and culture*. Vol 1, *The rise of the network society*. Oxford, Blackwell, 1996.
- EUROSTAT, *Combating poverty and social exclusion – a statistical portrait of the European Union*. 2010
- FERRÃO, João — *O Ordenamento do Território como política pública*. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 2011.
- FERNÁNDEZ GUELL, J.M.— *Planificación Estratégica de Ciudades*. Barcelona, Gustavo Gili, 1997.
- HALL, Peter — Towards a general urban theory, in J. Brotchie et alia (eds.) *Cities in Competition. Productive and sustainable cities for the 21<sup>st</sup> century*. Melbourne, Longman, 1995, pp. 4-31.
- HALL, Peter — *Cities of Tomorrow. An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century* (1988, Updated ed. 1997). Oxford, Blackwell.
- HALL, Peter — *The end of the city? «The report of my death was an exaggeration»*. *The City*, 7(2), 2003, pp. 141-152.
- HARVEY, David — *From managerialism to entrepreneurialism: The transformation in urban governance in late capitalism*. *Geografiska Annaler*, Human geography ser B. Univ. de Oslo, 71, 1989, pp. 3-17.
- HUBBARD, Phil — *City*. Nova Iorque e Londres, Routledge, 2006.
- JAYNE, Mark — *Cities and Consumption*. N. Iorque e Londres, Routledge, 2006.
- LEFEBVRE, Henri — *Reflections on the Politics of Space*, *Antipode*, 8, 1976, pp. 30-37.
- MILES S, MILES M. — *Consuming Cities*. N. Iorque, Palgrave. Macmillan, 2004.
- SANCHÉZ DE MADARIAGA, Inés — *Introducción al urbanismo. Conceptos y métodos de la planificación urbana*. Madrid, Alianza Editorial, 1999.
- SOJA, Edward — *Postmodern Geographies. The reassertion of space in critical social theory*. 1989, trad. brasileira, Rio de Janeiro, J.Zahar ed. 1993.
- TUOKI I. *Property led urban regeneration: panacea or placebo? Environment and Planning*. ser.A 24, 2004, pp. 361-79.
- UN-HABITAT — *Global Report on Human Settlements 2009 Planning Sustainable Cities*. Londres, Earthscan, 2009.
- WORLD TRADE ORGANISATION, *World Trade Reports (vários anos) e International Trade Statistics* 2010.